

## Política de Incentivos

### ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO
2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO
3. DEFINIÇÃO DE INCENTIVO
4. PRINCÍPIOS GERAIS
  - 4.1 Proibição geral
  - 4.2 Benefícios não financeiros menores
  - 4.3 Incentivos permitidos
5. PROCEDIMENTO DE CONTROLO DE INCENTIVOS
6. COMUNICAÇÃO DOS INCENTIVOS AO CLIENTE
7. INCENTIVOS RELACIONADOS COM A ATIVIDADE DE ANÁLISE
  - 7.1 Definição de análise ou relatórios de investimento
  - 7.2 Requisitos para a receção de análises ou relatórios de investimento
8. REGISTO DE INCENTIVOS
9. APROVAÇÃO, ENTRADA EM VIGOR E ATUALIZAÇÃO DA POLÍTICA

### 1. INTRODUÇÃO

A legislação do mercado de valores, bem como a legislação europeia aplicável à prestação de serviços de investimento, estabelece o regime aplicável ao recebimento ou pagamento dos chamados incentivos. Neste sentido e com o objetivo de reforçar a transparência e a proteção aos consumidores, a Diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros (doravante MIFID II) e as suas normas de transposição e desenvolvimento estabelecem requisitos específicos em matéria de incentivos, restringindo a sua admissibilidade quando são prestados determinados serviços de investimento. Em particular, a MIFID II contém a definição de incentivo e as condições aplicáveis para a sua admissibilidade, as medidas de controlo e a informação que deverá ser facultada aos clientes a este respeito.

Como parte integrante dos mecanismos e procedimentos adotados pelo ABANCA (doravante, o Banco) para assegurar a obrigação de atuar com honestidade, imparcialidade e profissionalismo no melhor interesse dos seus clientes no âmbito da prestação de serviços de investimento e de apoio, bem como garantir o cumprimento da legislação aplicável em matéria de incentivos, o Banco estabeleceu a presente Política de Incentivos (doravante, a Política).

### 2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

A Política será aplicável em geral a todos funcionários, agentes vinculados, ou funcionários de um agente vinculado (doravante, as pessoas relevantes) do Banco. Estão aqui incluídos os membros do Conselho de Administração, diretores, funcionários, agentes e pessoas vinculadas, de forma direta ou indireta por uma relação de controlo, bem como, as pessoas cuja atividade seja a prestação de serviços de investimento a clientes.

Nestes termos, a Política será aplicável à prestação de qualquer tipo de serviço de investimento ou de suporte prestado pelo Banco, ou seja:

- Receção e transmissão de ordens;
- Execução de ordens;
- Assessoria em matéria de investimento;
- Gestão discricionária de carteiras (doravante GDC);
- Colocação de instrumentos financeiros;
- Gestão e custódia de instrumentos financeiros por conta de clientes; e

- Serviço de câmbio de divisas, sempre que estiver relacionado com algum dos serviços anteriores.

Estão incluídos no âmbito de aplicação da Política a totalidade dos instrumentos financeiros atualmente distribuídos pelo Banco, bem como todos aqueles que no futuro possa vir a distribuir.

O âmbito desta Política estende-se à atividade do ABANCA Corporación Bancaria, S.A., em Espanha e na sua sucursal em Portugal.

### 3. DEFINIÇÃO DE INCENTIVO

Consideram-se incentivos, todos os honorários, comissões ou benefícios não financeiros pagos ou cobrados relativamente à prestação de um serviço de investimento ou de suporte, entendendo-se como tal os definidos no Anexo I da MIFID II, ou de um terceiro diverso do próprio cliente ou pessoa que atue em nome do cliente.

Ficam excluídos da presente definição os pagamentos ou benefícios que permitam ou que sejam necessários para a prestação de serviços de investimento ou auxiliares, tais como despesas de custódia, despesas de liquidação e câmbio, taxas reguladoras ou despesas de assessoria jurídica e que, pela sua natureza, não podem entrar em conflito com o dever de atuar com honestidade, imparcialidade e profissionalismo, no melhor interesse dos seus clientes.

### 4. PRINCÍPIOS GERAIS

#### 4.1 Proibição geral

Nos termos gerais, nem o Banco nem qualquer pessoa sujeita ao cumprimento da presente Política poderão aceitar incentivos de terceiros ou pagar incentivos a terceiros relativamente à prestação de serviços de investimento ou de suporte. Contudo, é permitido o recebimento de incentivos desde que sejam observadas todas as condições estabelecidas no ponto 4.3 seguinte.

Quando for prestado o serviço de GDC, não se poderá, em caso algum, aceitar ou reter incentivos relacionados com a prestação do referido serviço aos clientes. No caso de o Banco receber incentivos relacionados com o referido serviço, estes serão transferidos na totalidade para o cliente, logo que em termos razoáveis tal seja possível após o seu recebimento. Neste caso, não será possível compensar quaisquer pagamentos de terceiros com os honorários devidos pelo cliente ao Banco.

Também não será possível o recebimento de incentivos quando for prestado aos clientes o serviço de assessoria em matéria de investimento, a título independente, embora atualmente o Banco não preste este serviço.

#### 4.2 Benefícios não financeiros menores

Poderão ser pagos ou recebidos benefícios não financeiros, pagos ou disponibilizados por um terceiro, que possam servir para aumentar a qualidade do serviço prestado ao cliente e cuja escala e natureza sejam de tal ordem que não se possa considerar que afetam o cumprimento, por parte do Banco, do seu dever de atuar no melhor interesse dos seus clientes. Neste caso, os referidos benefícios não financeiros menores devem ser comunicados ao cliente de forma clara, anteriormente à prestação do serviço de investimento em causa.

Consideram-se Benefícios não financeiros menores, e como tal aceitáveis, os seguintes:

- a) Informação ou documentação relativa a um instrumento financeiro ou a um serviço de investimento, de índole genérica ou personalizada, para refletir as circunstâncias de um determinado cliente;
- b) Materiais escritos por terceiros e pagos por uma sociedade emissora ou por um possível emissor, com vista à promoção de uma nova emissão por parte do Banco, ou nos casos em que um emissor contrata e paga a uma empresa para elaborar esses materiais, sempre que a relação entre a empresa e o emissor se revele claramente nos referidos materiais e que estes sejam colocados à disposição do público em geral ou de todas as pessoas que os queiram receber ao mesmo tempo;
- c) A participação em conferências, seminários ou outras atividades de formação relativas a instrumentos financeiros ou serviços de investimento;
- d) Despesas de representação de um valor mínimo razoável, nomeadamente despesas de alimentação durante uma reunião de trabalho ou uma conferência, seminário ou atividade de formação;
- e) Outros benefícios não financeiros menores que melhorem a qualidade do serviço prestado ao cliente e que, tendo em conta o nível total de benefícios disponibilizados por uma entidade ou um grupo de entidades, sejam de tal escala e natureza que resulte pouco provável que influenciem a conduta do Banco em detrimento dos interesses do cliente. Os benefícios não financeiros menores deverão ser comunicados claramente ao cliente anteriormente à prestação do serviço, embora possam ser descritos de forma genérica.

Adicionalmente, o Comité de Conformidade Legal poderá autorizar o recebimento ou pagamento de outros benefícios não financeiros menores não incluídos na referida lista, sempre que os mesmos permitam melhorar a qualidade do serviço prestado ao cliente e não impliquem qualquer conflito de interesses.

Os benefícios não financeiros menores deverão ser comunicados claramente ao cliente anteriormente à prestação do serviço, embora possam ser descritos de forma genérica.

## 4.3 Incentivos permitidos

O Banco poderá pagar ou receber honorários, comissões ou benefícios não financeiros sempre que forem cumpridos os seguintes requisitos:

- a) Tiverem sido concebidos para melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cliente. Considera-se que um incentivo foi concebido para melhorar a qualidade dos serviços quando forem cumpridas as seguintes condições:
  - (i) Estiver justificado pela prestação de um serviço adicional ou de nível superior ao cliente, proporcional aos incentivos recebidos, nomeadamente:
    - ☐ i. A prestação de assessoria não independente em matéria de investimento relativamente a uma ampla gama de instrumentos financeiros adequados e que inclua um número adequado de instrumentos de fornecedores terceiros com os quais o Banco não possua relações próximas.
    - ☐ ii. A prestação de assessoria não independente em matéria de investimento conjugada, ou com uma oferta ao cliente para avaliar, no mínimo anualmente, a continuidade da idoneidade dos instrumentos financeiros em que tiver investido, ou com outro serviço continuado de valor acrescentado como a assessoria acerca da alocação otimizada dos ativos (asset allocation);
    - ☐ iii. A disponibilização de acesso, no âmbito do serviço de receção e transmissão de ordens de clientes (doravante, RTO) ou de execução de ordens por conta de clientes, a um preço competitivo, a uma ampla gama de instrumentos financeiros que satisfaçam as necessidades do cliente, incluindo um número adequado de instrumentos financeiros de fornecedores terceiros que careçam de um vínculo estreito com o Banco, em conjunto com a disponibilização de ferramentas de valor acrescentado como instrumentos de informação objetiva que ajudem o cliente a tomar decisões de investimento ou que lhe permitam o acompanhamento, a modelação ou o ajuste da gama de instrumentos financeiros em que investiu, ou ainda a disponibilização de relatórios periódicos sobre o rendimento, custos e gastos associados aos instrumentos financeiros;
  - (ii) Não beneficia diretamente o Banco, os seus acionistas ou pessoas relevantes sem um benefício tangível para o cliente em causa;
  - (iii) No caso dos incentivos recebidos periodicamente, estão justificados pela prestação de um benefício contínuo para o cliente.
- b) não prejudiquem a obrigação do Banco de atuar com honestidade, imparcialidade e profissionalismo, no melhor interesse dos seus clientes; e
- c) O cliente tiver sido claramente informado, anteriormente à prestação dos serviços, acerca da existência, natureza e montante dos referidos pagamentos ou benefícios, ou, nos casos em que esse montante não puder ser determinado, o método de cálculo do mesmo.

Em caso algum os incentivos poderão ser considerados aceitáveis se a prestação dos serviços ao cliente estiver enviesada ou distorcida em resultado do pagamento ou da receção destes.

O Banco deverá cumprir a totalidade dos requisitos anteriores de forma contínua enquanto pagar ou receber incentivos de forma periódica.

O Banco garante que não paga ou recebe incentivos cujo pagamento ou recebimento possa entrar em conflito com a sua obrigação de atuar com honestidade, imparcialidade e profissionalismo no interesse dos seus clientes.

O Banco presta um serviço adicional ou de nível superior ao cliente, proporcional aos incentivos recebidos, sempre que:

- a) Na prestação do serviço de RTO e na sua execução esteja incluída, uma gama suficientemente ampla de produtos de terceiros e, com caráter periódico, se faculte aos clientes informação sobre o rendimento, custos e encargos associados aos instrumentos financeiros nos quais o cliente investiu;
- b) Na prestação de assessoria não independente em matéria de investimento, com caráter recorrente, relativamente a uma ampla gama de instrumentos financeiros adequados, que inclua um número adequado de instrumentos de fornecedores terceiros com os quais o Banco não possua vínculos próximos, incluindo adicionalmente uma avaliação periódica da continuidade da idoneidade dos instrumentos financeiros em que o cliente tiver investido;
- c) Na prestação de assessoria não independente em matéria de investimento, com caráter pontual, relativamente a uma ampla gama de instrumentos financeiros adequados, que inclua um número adequado de instrumentos de fornecedores terceiros com os quais o Banco não possua vínculos próximos, incluindo adicionalmente informação periódica sobre o rendimento e os custos e encargos associados aos instrumentos financeiros em que o cliente tiver investido.

Por último, o Banco informa claramente o cliente, quer ex ante quer ex post, quanto aos incentivos recebidos e pagos no âmbito da prestação dos serviços, conforme detalhado no ponto 6.

O procedimento de controlo de incentivos utilizado pelo Banco baseia-se nos seguintes procedimentos

O procedimento de controlo de incentivos utilizado pelo Banco baseia-se nos seguintes procedimentos

- a) Identificação da tipologia de produtos e serviços pelos quais o Banco receba ou pague incentivos, bem como as áreas do Banco diretamente relacionadas com os mesmos;
- b) Supervisão por parte da área de Conduta do Mercado de Valores, ou o departamento que desempenhar as funções de cumprimento no âmbito dos mercados de valores, do registo de incentivos recebidos e pagos;
- c) No caso de receber informação acerca de novos incentivos ou de ocorrerem alterações substanciais nos já existentes, a área de Conduta do Mercado de Valores, ou o departamento que desempenhar as funções de cumprimento no âmbito dos mercados de valores deverá comprovar, anteriormente à sua inclusão no referido registo, ou no momento em que se identificar que ocorreu uma alteração substancial, que estes cumprem os requisitos exigidos para serem admissíveis pela norma aplicável;
- d) Caso se chegue à conclusão que existe um incentivo, estabelecer-se-ão as medidas necessárias para que o referido incentivo cumpra as normas aplicáveis.

Sem prejuízo do que antecede, a área de Conduta do Mercado de Valores, ou o departamento que desempenhar as funções de cumprimento no âmbito dos mercados de valores verificará, com periodicidade anual, junto dos responsáveis pelas áreas de Investimentos, Suporte e Controle de Mercados, Desenvolvimento de Negócio e Operações Back de Aplicações, ou pelas áreas que desempenhar essas funções, a existência de outros possíveis incentivos com a finalidade de os integrar, quando aplicável, no registro de incentivos e de implementar as medidas oportunas para que o seu recebimento ou pagamento esteja de acordo com a legislação aplicável.

Quando o Banco receber algum tipo de incentivo por parte de terceiros deverá revelar ao cliente a seguinte informação:

Quando o Banco receber algum tipo de incentivo por parte de terceiros deverá revelar ao cliente a seguinte informação:

- a) De forma completa, exata e compreensível, antes da prestação de serviços de investimento ao cliente, informação relativa ao recebimento do benefício em causa, à sua existência, natureza e montante ou, quando o referido montante não puder ser apurado ex ante, o método de cálculo do mesmo;
- b) Quando não tiver sido possível determinar previamente o montante dos incentivos recebidos e tiver sido comunicado ao cliente o método de cálculo, informação ex post sobre o montante exato dos incentivos recebidos; e
- c) pelo menos uma vez por ano, na eventualidade do Banco receber incentivos de terceiros de forma continuada, o total de incentivos recebidos relacionados com a prestação de serviços de investimento ao cliente.

Toda a informação supra será objeto de registo por parte do Banco, bem como os possíveis pedidos de informação que os clientes possam questionar.

## 7. INCENTIVOS RELACIONADOS COM A ATIVIDADE DE ANÁLISE

### 7.1 Definição de análise ou relatórios de investimento

A norma MIFID II define a análise, para efeitos da sua classificação como incentivo, como sendo constituída pelos materiais relativos à utilização de um ou vários instrumentos financeiros ou outros ativos, ou aos emissores efetivos ou possíveis dos instrumentos financeiros, ou que se encontrem intimamente relacionados com um setor ou mercado determinado que fundamente as avaliações sobre os instrumentos financeiros, ativos ou emissores nesse setor em concreto. Neste tipo de materiais recomenda-se ou sugere-se de forma expressa ou implícita uma estratégia de investimento e a indicação de uma opinião fundamentada sobre o valor ou preço atual ou futuro de tais instrumentos ou ativos, ou a inclusão de uma análise e reflexões originais com conclusões baseadas em dados novos ou pré-existentes que podem ser utilizados para fundamentar uma estratégia de investimento e que podem ser pertinentes e acrescentar valor às decisões do Banco em nome dos clientes aos quais se prestam determinados serviços de investimento.

## 7.2 Requisitos para a receção de análises ou relatórios de investimento

Nos termos da MiFID II, a análise ou relatórios de investimento são considerados como constituindo um incentivo, pelo que o Banco atua em cumprimento dos seguintes princípios:

a) Uma vez que é proibido receber incentivos quando se presta o serviço de GDC ou de assessoria independente em matéria de investimento dos Clientes, a receção da análise financeira não se considerará um incentivo sempre que for recebida em troca de qualquer dos seguintes:

- ☐ (i) Pagamentos diretos por parte do Banco suportados pelos seus recursos próprios;
- ☐ (ii) Pagamentos suportados por uma conta de pagamentos de análise controlada pelo Banco, desde que se cumpram as seguintes condições relativas ao funcionamento da conta:
  - ☐ i. A conta de pagamentos de análises será dotada de fundos gerados por pagamentos do serviço de análise específica aplicado ao cliente. O referido pagamento deverá cumprir as seguintes condições: (i) deverá basear-se exclusivamente no orçamento de análises estabelecido pelo Banco com vista a determinar a necessidade dos serviços de análise prestados por terceiros relativamente aos serviços de investimento prestados aos seus clientes; e (ii) não se vinculará ao volume nem ao valor das operações executadas em nome dos clientes.
  - ☐ ii. O Banco estabelece e avalia periodicamente um orçamento de análises como medida administrativa interna, para a constituição da conta de pagamentos de análises e do contrato de faturação do serviço de análises aos seus clientes;
  - ☐ iii. O Banco assume a responsabilidade correspondente à conta de pagamentos de análises; ☐ iv. O Banco avalia periodicamente a qualidade da análise adquirida de acordo com: (i) critérios de qualidade sólidos; e com (ii) a sua capacidade para contribuir para a adoção das melhores decisões de investimento.

Quando o Banco utilizar a conta de pagamentos de análises, facultará aos seus clientes: (i) informação pré-contratual sobre o montante orçamentado para a análise e sobre o montante do débito por análises estimado para cada um deles; e (ii) informação pós contratual anual sobre os custos totais em que tiver incorrido cada um dos clientes pela análise de terceiros.

Quando o Banco gerir uma conta de pagamentos de análises fornecerá, mediante pedido prévio por parte dos clientes ou do supervisor: (i) um resumo dos fornecedores pagos por débito na referida conta, (ii) o montante total que lhes foi pago durante o período determinado; (iii) os benefícios e serviços recebidos pelo Banco e (iv) em que medida o montante total pago pelo Banco por débito na conta cumpre o orçamento estabelecido pelo Banco, indicando todas as devoluções ou saldo remanescente se sobram fundos residuais na conta. O montante total dos débitos relativos a análises recebidas não poderá exceder o orçamento de análises.

Para a cobrança do pagamento de análises aplicado aos clientes, quando não for cobrado em separado, mas em conjunto com uma comissão por operação, indicar-se-á o débito do pagamento de análises em separado.

O Banco poderá acordar com os clientes: (i) o débito de análises orçamentado e (ii) a frequência com que o débito relativa à análise específica será efetuado aos recursos do cliente ao longo do exercício. O Orçamento apenas poderá ser aumentado depois de ter sido prestada informação clara aos clientes acerca do aumento. Se existir um excedente na conta de pagamentos no final de um período, o Banco aplicará um processo para proceder ao reembolso desses fundos ao cliente, ou para compensação no orçamento e pagamento de análises relativo ao período seguinte.

O orçamento de análises será gerido exclusivamente pelo Banco e basear-se-á numa avaliação razoável da necessidade de serviços de análise prestados por terceiros. A alocação do orçamento de análises para aquisição de serviços de análises de terceiros será submetida a: (i) controlos pertinentes, entre os quais conste uma pista de auditoria clara quanto aos pagamentos efetuados a fornecedores de serviços de análises, na qual se indique a forma em que os montantes foram pagos foram apurados por referência aos critérios de qualidade e, (ii) à supervisão pela direção de topo, com a finalidade de garantir o melhor interesse dos clientes. O Banco abster-se-á de utilizar o orçamento de análise e a conta de pagamentos de análises para financiar análises internas.

O Banco poderá delegar a gestão da conta de pagamentos de análises a um terceiro, sempre que contrate a aquisição dos serviços de investigação a terceiros e os pagamentos aos prestadores desses serviços em nome do Banco, sem atraso injustificado e em conformidade com as instruções do Banco.

No caso de se repercutir o custo da análise nos clientes, deverão ser estabelecidos todos os elementos numa política escrita (Política de Receção de Análises). Na mesma será clarificado em que medida os serviços de análises adquiridos com débito à conta de pagamentos de análises podem beneficiar as carteiras dos clientes, tendo em conta: (i) as estratégias de investimento aplicáveis a diversos tipos de carteiras e (ii) o enquadramento adotado pelo Banco para alocar esses custos de forma equitativa às diversas carteiras dos clientes. Quando o Banco não repercutir nos seus clientes os custos e encargos decorrentes do serviço de análises, não está obrigado a dispor da referida política.

Sem prejuízo do referido, o Banco não recebe incentivos relacionados com a atividade de análise no âmbito do GDC nem de assessoria independente a clientes e, como tal, não reflete nos seus clientes custos e encargos decorrentes do serviço de análises.

- b) Quando o Banco prestar outros serviços de investimentos a clientes, diferentes dos serviços de GDC ou de assessoria independente em matéria de investimento, o serviço de análise poderá ser recebido de forma gratuita, desde que sejam cumpridos os requisitos estabelecidos no ponto 4.3 anterior.

- c) O Banco poderá receber o serviço de análise de forma gratuita, sempre e quando se destine exclusivamente à atividade por conta própria do Banco e, em nenhum caso, se utilize para a prestação de serviços de investimento de nenhum tipo de clientes. Neste caso, não será necessário cumprir os requisitos estabelecidos no ponto 4.3 anterior.

Sem prejuízo do referido, o Banco paga diretamente a análise dirigido à prestação de serviços de investimento a Clientes com os seus recursos próprios.

## 8. REGISTO DE INCENTIVOS

O Banco dispõe de um Registo de Incentivos que integra:

- a) Uma lista interna de todos os Incentivos relacionados com a prestação de serviços de investimento ou auxiliares;
- b) A forma como os Incentivos pagos ou recebidos pelo Banco, ou que este se propõe utilizar, fazem melhorar a qualidade dos serviços prestados aos clientes em causa; e
- c) As medidas para não menosprezar a obrigação do Banco de atuar de forma honesta, cabal e profissional, tendo em vista o melhor interesse do cliente.

Adicionalmente, o Registo guarda e conserva, por um período mínimo de 7 anos a contar da data em que a informação é facultada ao cliente:

- a) Uma cópia das comunicações efetuadas a clientes, de carácter geral ou individualizadas, relativamente aos incentivos pagos ou recebidos.
- b) A cópia dos pedidos efetuados pelos clientes relativamente à informação sobre incentivos pagos ou recebidos.

O registo cumprirá, a todo o tempo, a legislação em vigor e os princípios constantes da Política de Registos MIFID.

## 9. APROVAÇÃO, ENTRADA EM VIGOR E ATUALIZAÇÃO DA POLÍTICA

A presente Política deve ser aprovada pelo Conselho de Administração do Banco, entrando em vigor no momento da sua aprovação.

A Política será atualizada, pelo menos, nos seguintes casos:

- a) Quando existirem alterações legais ou normativas que afetem a Política;
- b) Mediante proposta da área de Conduta do Mercado de Valores, ou o departamento que desempenhar as funções de cumprimento no âmbito dos mercados de valores, quando esta entender que existem pontos suscetíveis de melhoria para a prossecução dos objetivos propostos ou para uma adaptação conveniente às características dos serviços disponibilizados pelo Banco;
- c) Mediante proposta dos órgãos de supervisão.

Em qualquer caso serão revistos com periodicidade anual os conteúdos da Política, a eficácia das medidas contidas na mesma e o efetivo cumprimento das mesmas na prática.

Data de revisão da Política Fevereiro 2020